



**FORNECIMENTO CONTÍNUO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS INSTALAÇÕES DO MUNICÍPIO DE
ALENQUER ALIMENTADAS EM BAIXA TENSÃO NORMAL, BAIXA TENSÃO ESPECIAL E MÉDIA
TENSÃO**

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA

PROC.14/2023_CMA

CADERNO DE ENCARGOS



ÍNDICE

Capítulo I - Disposições gerais.....	3
Cláusula 1.ª (Objeto)	3
Cláusula 2.ª (Representantes das partes).....	3
Cláusula 3.ª (Contrato)	3
Cláusula 4.ª (Prazo de vigência)	4
Cláusula 5.ª (Atualização do preço unitário)	4
Capítulo II - Obrigações contratuais	5
Secção I - Obrigações do fornecedor	5
Cláusula 6.ª (Obrigações principais do fornecedor)	5
Cláusula 7.ª (Segurança)	8
Cláusula 8.ª (Objeto do dever de sigilo)	8
Secção II - Obrigações do Município de Alenquer.....	8
Cláusula 9.ª (Preço base).....	8
Cláusula 10.ª (Preço contratual)	9
Cláusula 11.ª (Condições de pagamento).....	9
Capítulo III - Sanções contratuais e resolução.....	10
Cláusula 12.ª (Sanções contratuais)	10
Cláusula 13.ª (Força maior).....	10
Cláusula 14.ª (Resolução por parte do Município de Alenquer)	11
Cláusula 15.ª (Resolução por parte do fornecedor)	12
Capítulo IV – Caução e Seguros.....	12
Cláusula 16.ª (Caução).....	12
Cláusula 17.ª (Seguros)	13
Capítulo V - Resolução de litígios.....	13
Cláusula 18.ª (Foro competente)	13
Capítulo VI - Disposições finais	13
Cláusula 19.ª (Subcontratação e cessão da posição contratual)	13
Cláusula 20.ª (Comunicações e notificações)	13
Cláusula 21.ª (Contagem dos prazos)	13
Cláusula 22.ª (Legislação aplicável)	13



PARTE I - Cláusulas Jurídicas

Capítulo I - Disposições gerais

Cláusula 1.ª (Objeto)

1 – O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual por concurso público com publicação de anúncio no *Jornal Oficial da União Europeia*, que tem por objeto principal o **fornecimento contínuo de energia elétrica para as instalações do Município de Alenquer alimentadas em Baixa Tensão Normal (BTN), Baixa Tensão Especial (BTE) e Média Tensão (MT)**, melhor identificadas no Anexo I - “PERFIS_CONSUMO”, o qual faz parte integrante do presente caderno de encargos.

2 –Ao presente fornecimento corresponde a categoria 09310000-5 *eletricidade* inserida no Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão de 28 de novembro de 2007 que altera o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), e as Diretivas do Parlamento Europeu e do Conselho 2004/17/CE e 2004/18/CE, relativas aos processos de adjudicação de contratos, no que respeita à revisão do CPV.

Cláusula 2.ª (Representantes das partes)

1 – Cada uma das partes obriga-se a nomear um representante responsável pelo acompanhamento da execução do contrato e que desempenhe o papel de interlocutor com a parte contrária para todos os fins associados à execução do contrato.

2 – Cada uma das partes obriga-se a informar, por escrito, a outra parte da identidade e dos contactos dos respetivos representantes previstos no número anterior.

Cláusula 3.ª (Contrato)

1 – O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.

2 – O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O presente caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada;



e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (adiante designado por CCP), e aceites pelo fornecedor nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 4.ª (Prazo de vigência)

1 – O contrato produzirá efeitos no dia seguinte à sua outorga, prevendo-se o seu início a 01 de abril de 2023 e término a 31 de março de 2024, considerando-se renovado por igual período se nenhuma das partes o denunciar, mediante notificação à outra parte por carta registada com aviso de receção, com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias em relação ao seu termo, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.

2 – Para efeitos do número anterior a renovação do contrato fica condicionada à prestação de nova caução, que terá por referência o preço de cada um dos respetivos períodos de vigência, nos termos do n.º 4 do artigo 89.º do CCP.

3 - O prazo máximo de vigência do contrato a celebrar, incluindo renovações, é de 24 meses.

4 – O contrato terminará assim que seja atingido o primeiro dos seguintes limites: 24 meses ou o limite do preço contratual.

Cláusula 5.ª (Atualização do preço unitário)

1 - Em caso de renovação do contrato, o coeficiente de atualização a aplicar ao preço unitário de cada componente da energia elétrica, nos termos do artigo 6.º do Decreto – Lei n.º 6/2004, será obtido através da seguinte fórmula:

$$Ph_x = PE_x^0 \times Index$$

Onde:

Ph_x – é o novo preço unitário para o período horário h a aplicar na renovação do contrato;

PE_x^0 – é o preço unitário para o período horário h definido na data de entrada em vigor do contrato;

$Index$ – é o indexante de preço para o trimestre i, apurado de acordo com as regras constantes do número 2;

2 – O indexante de preços referido no número anterior é apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Index = \frac{P_Q^i}{P_Q^0}$$



Onde:

Index – é o indexante de preço para o trimestre i ;

P_Q^i – Constitui a referencia de preço atualizada, correspondendo à média aritmética simples dos preços dos 4 contratos futuro com maturidade trimestral subsequentes à data de renovação do contrato;

P_Q^0 – Constitui a base de preço, correspondendo à média aritmética simples dos preços dos 4 contratos futuro com maturidade trimestral subsequentes ao momento de entrada em vigor do contrato;

3 - Para efeitos de apuramento das médias de preço dos contratos futuros devem ser considerados os preços constantes em <https://www.omip.pt/pt>, nos resultados de mercado com entrega em Portugal (FPQ Qi), apurado no ultimo dia útil de cada trimestre.

Capítulo II - Obrigações contratuais

Secção I - Obrigações do fornecedor

Cláusula 6.ª (Obrigações principais do fornecedor)

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a) Fornecer energia elétrica em regime de mercado livre, nos locais objeto de contrato, conforme as normas legais vigentes aplicáveis ao exercício da atividade, designadamente os parâmetros de qualidade de serviço definidos no Regulamento da Qualidade de Serviço e no Regulamento das Relações Comerciais, emitidos pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos;
- b) Prestar toda a assistência necessária na transição do fornecimento de energia elétrica, objeto do contrato de modo a que se garanta a continuidade do fornecimento de energia elétrica, a mínima perturbação deste, e que a transição ocorra de forma progressiva e ordenada;
- c) Garantir que o operador de redes efetua a leitura dos equipamentos de medição e de contagem de consumo de energia elétrica, com a seguinte periodicidade:
 - c1) Periodicidade mínima mensal para as instalações BTE, em cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 5 do artigo 184.º do RRC e no Guia de Medição, Leitura e Disponibilização de Dados, de forma a serem faturados os consumos de eletricidade efetivamente registados em cada instalação de consumo;



c2) De modo a que o intervalo entre duas leituras não seja superior a três meses para as instalações BTN, conforme disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 184.º do RRC, na sua atual redação.

- d) Emitir faturas coletivas por NIF em PDF Certificado;
- e) Disponibilizar os registos mensais de leituras de contagem de energia elétrica, preferencialmente por tele-contagem com acesso via web, ao Município de Alenquer;
- f) Disponibilizar mensalmente em formato digital a relação das faturas emitidas, cuja informação mínima que deverá constar do ficheiro por CPE será:
 - i. Nome;
 - ii. Morada;
 - iii. CPE;
 - iv. N.º Contador;
 - v. Data da leitura início e fim consideradas para faturação;
 - vi. Leituras de início e fim consideradas para faturação;
 - vii. Nível de tensão (BTN, BTE e MT);
 - viii. Potência Contratada;
 - ix. Código de ciclo horário;
 - x. Código de tarifário;
 - xi. Identificação do tipo de documento emitido;
 - xii. Número do documento emitido;
 - xiii. Data de emissão da fatura;
 - xiv. Data de início de faturação;
 - xv. Data de fim de faturação;
 - xvi. Data limite de pagamento do documento;
 - xvii. Consumos considerados por cada período horário;
 - xviii. Preço unitário das componentes no mercado livre;
 - xix. Valorização das componentes da energia no mercado livre;
 - xx. Preço unitário das componentes do acesso às redes;
 - xxi. Valorização das componentes do acesso às redes;
 - xxii. Valorização da contribuição audiovisual;



- xxiii. Valorização do Imposto Especial de Consumo de Eletricidade;
- xxiv. Valorização da Banda de Reserva de Regulação (se aplicável);
- xxv. Valorização do Ajuste do MIBEL (se aplicável);
- xxvi. Valorização das várias taxas de IVA.

- g) Não alterar as condições de fornecimento de energia elétrica fora dos casos previstos no presente caderno de encargos;
- h) Comunicar a nomeação do gestor de cliente dos contratos celebrados e quaisquer alterações relativas à sua nomeação;
- i) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições de fornecimento, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem;
- j) Comunicar antecipadamente ao Município de Alenquer os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento de energia elétrica ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações;
- k) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o fornecimento, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- l) Em caso de extinção do contrato, independentemente do motivo que lhe der origem, o fornecedor obriga-se a prestar toda a assistência necessária na transição do fornecimento objeto do presente contrato ao Município de Alenquer ou a terceira por esta designada, de modo a que se garanta a continuidade dos serviços em causa, a mínima perturbação dos mesmos e a sua transição progressiva e ordenada.

2 – No decorrer da execução do contrato, caso se verifique a necessidade de reorganização dos edifícios Municipais, nomeadamente a abertura de novos locais de consumo/edifícios e/ou encerramento de outros, o fornecedor fica ainda obrigado ao reajustamento das necessidades comunicadas pelo Município, nomeadamente:

- a) Fornecer energia elétrica a novos locais de consumo nos termos e condições do contrato a celebrar;
- b) Rescindir os contratos dos locais de consumo solicitados pelo Município, a partir do prazo estipulado pelo mesmo, não sendo devida qualquer compensação financeira.

3 - A título acessório, o fornecedor fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao presente fornecimento, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.



Cláusula 7.ª (Segurança)

O fornecedor acordará com o Município de Alenquer as normas de identificação do seu pessoal e os procedimentos adequados para o acesso e circulação nas instalações destas últimas, para a realização dos trabalhos necessários para a entrega e abastecimento dos produtos e serviços objeto de contrato, se necessário.

Cláusula 8.ª (Objeto do dever de sigilo)

1 – O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Alenquer, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 – Excluem-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Secção II - Obrigações do Município de Alenquer

Cláusula 9.ª (Preço base)

1 – O preço base é o preço máximo que o Município de Alenquer se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto.

2 – O preço base fixado para o presente fornecimento é de **€780.000,00 (setecentos e oitenta mil euros)**, valor ao qual acresce o IVA à taxa em vigor, por cada período de **12 meses**, perfazendo o total de **€1.560.000,00 (um milhão, quinhentos e sessenta mil euros)**, valor ao qual acresce o IVA à taxa em vigor, para o período de **24 meses**, o qual corresponde ao prazo máximo de vigência do contrato.

3 - O preço base fixado no ponto anterior inclui as tarifas relativas às parcelas da Componente de Acesso às Redes, fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), custos de energias e outros encargos (impostos e/ou taxas).



Cláusula 10.ª (Preço contratual)

- 1 – Pelo cumprimento de todas as obrigações do fornecedor, o Município de Alenquer obriga-se a pagar àquele, em função do consumo efetivamente verificado, o preço relativo às **Componentes de Energia Ativa Específicas do Mercado Liberalizado**, de acordo com os preços da proposta adjudicada, **as tarifas relativas às parcelas das Componentes de Acesso às Redes e a energia reativa**, fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) e **outros encargos tarifados (impostos e/ou taxas)** nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, até ao limite do preço base.
- 2 – O preço relativo às Componentes de Energia Ativa Específicas do Mercado Liberalizado, será o constante da proposta adjudicada, sendo somente revisto o preço relativo às parcelas das Componentes de Acesso às Redes e a energia reativa, fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) e outros encargos tarifados (impostos e/ou taxas) nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis a vigorar em cada ano civil.
- 3 – É exceção ao referido nos números anteriores o pagamento, por parte do Município de Alenquer, da Taxa de Exploração da DGEG de instalações de consumo elétricas, dada a isenção prevista ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do DL 4/93, de 8 de janeiro, aplicável a autarquias locais, suas associações e federações.
- 4 – Entende-se por tarifas de acesso à rede os preços das componentes reguladas que sejam aprovadas pela ERSE e estejam em vigor no período de faturação.
- 5 – Os preços máximos a apresentar pela entidade fornecedora não incluem IVA.

Cláusula 11.ª (Condições de pagamento)

- 1 - As quantias devidas pelo Município de Alenquer, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas até **60 dias** após a receção e validação pelo Município de Alenquer das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
- 2 - Para os efeitos do número anterior, as faturas mensais devem conter a discriminação da totalidade do fornecimento objeto do contrato, nomeadamente os consumos efetivamente verificados no mês anterior.
- 3 - Em caso de discordância por parte do Município de Alenquer quanto aos elementos e valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 4 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de cheque ou transferência bancária.



Capítulo III - Sanções contratuais e resolução

Cláusula 12.^a (Sanções contratuais)

1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Alenquer pode exigir ao fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a) Pelo cumprimento defeituoso e/ou incumprimento das obrigações contratuais, sem que seja repostado, **no prazo de 24 horas**, ficará o fornecedor sujeito à multa de **1%** preço contratual por cada dia em falta;
- b) Mantendo-se o incumprimento e/ou cumprimento defeituoso do contrato, o Município de Alenquer pode resolver o contrato nos termos previstos no n.º 2 do artigo 325.º do Código dos Contratos, sendo o fornecedor obrigado a manter o fornecimento pelo prazo que o Município de Alenquer carecer até que seja assegurado o normal funcionamento nessa área de atuação;

2 – Considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso no fornecimento **por período superior a 5 dias**, o que confere ao Município de Alenquer o direito de rescindir o contrato, devendo, para o efeito, aquele notificar o fornecedor.

3 - O valor acumulado das sanções contratuais não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo de resolução do contrato.

4 - Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e o Município de Alenquer decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%, de acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 329.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Alenquer tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

6 - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Alenquer exija uma indemnização pelo dano excedente.

7 - Os valores das penas pecuniárias serão descontados na fatura do fornecedor.

8 - Caso não existam faturas que permitam efetuar o desconto da pena pecuniária, o fornecedor fica obrigado à liquidação da dívida.

Cláusula 13.^a (Força maior)

1 – Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, for impedida de cumprir as obrigações assumidas, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.



2 – Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte, devendo-se de igual modo informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 14.^a (Resolução por parte do Município de Alenquer)

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Alenquer pode resolver o contrato por razões de interesse público, devidamente fundamentado, designadamente na alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, e ainda, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, nos termos previstos nos artigos 333.º, 334.º e 335.º do CCP.

2 - O direito de resolução referido nos números anteriores exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Alenquer.

3 - A resolução do contrato produz efeitos a partir da data fixada na respetiva notificação.



Cláusula 15.^a (Resolução por parte do fornecedor)

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando ocorra:

a) Incumprimento de obrigações pecuniárias pelo Município de Alenquer por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros de mora;

2 - Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Alenquer, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3 - A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Capítulo IV – Caução e Seguros

Cláusula 16.^a (Caução)

1 – De acordo com o previsto nos números 1 e 2 do artigo 88.º do CCP, atendendo a que o valor do contrato a celebrar é superior a €500.000,00, e para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o fornecedor deve prestar uma caução no valor de 5% do preço contratual, com exclusão do IVA.

2 – Para efeitos do número anterior, nos termos do n.º 4 do artigo 89.º do CCP, o valor da caução tem por referência o preço do seu período de vigência inicial e cada renovação fica condicionada à prestação de nova caução, que terá por referência o preço de cada um dos respetivos períodos de vigência.

3 - A caução prestada para o bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do programa de procedimento, pode ser executada pelo Município de Alenquer sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo fornecedor das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades ou, para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

3 – A resolução do contrato pelo Município de Alenquer não impede a execução da caução, contando que para isso haja motivo.

4 – A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui para o fornecedor a obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 5 dias após a notificação do Município de Alenquer para esse efeito.

5 – A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do CCP.



Cláusula 17.^a (Seguros)

- 1 - É da responsabilidade do fornecedor a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos inerentes ao fornecimento objeto de contrato.
- 2 - O Município de Alenquer pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos referidos no número anterior, devendo o fornecedor disponibilizá-la no prazo de 5 dias.

Capítulo V - Resolução de litígios

Cláusula 18.^a (Foro competente)

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI - Disposições finais

Cláusula 19.^a (Subcontratação e cessão da posição contratual)

A subcontratação e a cessão da respetiva posição contratual depende, em qualquer causa, da autorização escrita do Município de Alenquer.

Cláusula 20.^a (Comunicações e notificações)

- 1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual das partes, identificados no contrato.
- 2 – Qualquer comunicação feita por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita ou eletrónica de dados considera-se recebida na data constante da respetiva comunicação de receção transmitida pelo recetor para o emissor, salvo no que respeita às comunicações que tenham como destinatário o Município de Alenquer e efetuadas em dia não útil ou após as 17 horas de dia útil, as quais se presumem feitas às 10 horas do dia útil seguinte.

Cláusula 21.^a (Contagem dos prazos)

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 22.^a (Legislação aplicável)

O contrato a celebrar será regulado pela Lei Portuguesa.